



Comissão Mista de Reavaliação de Informações
132ª Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 212/2024/CMRI/CC/PR

NUP: **00106.011054/2023-17**
Órgão: **CGU – Controladoria-Geral da União**
Requerente: **B.S.M.**

Resumo do Pedido

O Requerente informou ter protocolado denúncia registrada no NUP 00106.009955/2019-62, relatando irregularidades na aplicação de recursos públicos federais. Argumentou que já se passaram cinco anos desde o protocolo, além de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no qual foi concedido acesso parcial do Requerente ao processo administrativo mencionado, após este ter impetrado o Mandado de Segurança 20.196/DF. Assim, solicitou acesso às seguintes informações: 1. Que medidas foram tomadas desde o recebimento do NUP em questão? 2. Acesso ao inteiro teor do processo administrativo no qual tramitou o NUP 00106.009955/2019-62 3. Indicação do número de todos os NUPs eventualmente instaurados em razão da denúncia; e 3.1. Acesso ao inteiro teor digitalizado destes NUPs.

Resposta do órgão requerido

O Órgão respondeu que realizou fiscalização em 2020, em função de situações presumidamente irregulares nas prestações de contas da Associação Beneficente Silvio Scopel (ABSS), contudo, o Ministério Público Federal/ Procuradoria da República no Município de Novo Hamburgo/RS solicitou que o relatório fosse tratado em sigilo, mesmo diante da conclusão dos trabalhos pela CGU. Nesse sentido, o Órgão esclareceu que não poderia quebrar o sigilo exigido pelo titular do processo maior, de modo que o pleito não poderia ser satisfeito, visto que, mesmo que o relatório tenha sido elaborado pelos servidores da CGU e incluído ao teor do instrumento legal em tela, a responsabilidade pela condução e presidência dos Procedimentos Administrativos é do Ministério Público Federal, sendo essa atribuição alheia as competências institucionais legalmente estabelecidas à CGU. Diante do presente pedido de acesso à informação, o Órgão realizou nova consulta à Procuradoria de Novo Hamburgo/RS, que manteve seu entendimento e ainda informou que a CGU não tem competência para prestar informações envolvidas a procedimentos judiciais. Por fim, afirmou que eventuais solicitações de disponibilização desses dados devem ser encaminhadas à respectiva autoridade que o preside.

Recurso em 1ª instância

O Requerente afirmou não ser possível aceitar a resposta fornecida pelas seguintes razões: 1) CGU e MPF seriam instâncias autônomas e distintas entre si, ambas detendo competência quanto ao assunto; 2) fez-se menção a uma consulta realizada à PR/NH, porém, o teor desta não foi anexada à resposta fornecida, em descumprimento ao art. 50, §1º, da Lei Federal 9.784/1999; 3) Já se passaram cinco anos desde a data da denúncia e este é o prazo de restrição de informações previsto na LAI justamente para evitar a existência de sigilos eternos; e 4) o precedente indicado evidencia que é direito fundamental do cidadão denunciante ter acesso às informações decorrentes de denúncia por ele apresentada, para que seja possível controlar se estão sendo tomadas medidas adequadas pelas autoridades públicas, caso contrário, o sigilo poderia ser usado eternamente para esconder prevaricação, advocacia administrativa, entre outras irregularidades.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O Órgão reiterou os argumentos já apresentado e pontuou que, mesmo que a CGU e MPF sejam independentes e autônomos, no que se refere à apuração da denúncia em questão, a CGU foi demandada e teve acesso a dados sigilosos do MPF e, portanto, é este Órgão que detém a responsabilidade pela condução do processo baseado nos achados da apuração realizada pela CGU. Assim, transcreve os arts. 17, inciso III, 24 e 29 da Portaria CGU nº 1.335, de 21 de maio de 2018, que embasam essa conduta:

Art. 17. Estão sujeitos às salvaguardas de acesso os processos ou documentos que contenham: I - informações classificadas em grau de sigilo; II - informações pessoais e pessoais sensíveis; III - informações sigilosas, nos termos da lei ; e IV - outras informações com restrição de acesso. [...]

Art. 24. Consideram-se informações e documentos preparatórios relativos a processos em curso no âmbito da CGU, cuja divulgação irrestrita pode trazer prejuízo a sua adequada conclusão: [...]

§ 4º As informações oriundas ou resultantes de procedimentos correccionais, denúncias ou ações de controle, que possam resultar no prosseguimento de investigação em outros órgãos da Administração Pública, administrativa ou judicialmente, terão seu acesso condicionado à prévia consulta aos órgãos parceiros na investigação quanto à sua restrição de acesso.

§ 5º A restrição de acesso decorrente da natureza preparatória de documentos não será aplicada a interessados formalmente acusados em procedimentos de natureza contraditória, nem a seus representantes legais, quando necessários ao exercício do contraditório e da ampla defesa. [...] [...]

Art. 29. As informações que instruem processos que corram em segredo de justiça, bem como as informações destes provenientes, terão o acesso restrito ao órgão ou entidade para a qual o juízo competente as tenha endereçado.

O Órgão ratificou a impossibilidade de fornecer os dados solicitados, visto que a Procuradoria mantém a posição do sigilo. Acrescentou também não ser possível fornecer a resposta do MPF à consulta realizada no âmbito do presente pedido LAI por conter informações pessoais protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Contudo, transcreveu parte do Ofício nº 289/2023/GABPRM1, no qual a Procuradoria reiterou que a CGU não tem competência para informar sobre o processo judicial nos seguintes termos: *“Concessa venia’, essa Controladoria-Geral da União-CGU não tem competência a aviar informações a propósito de procedimentos judiciais. Informações pelos interessados devem ser dirigidas diretamente aos respectivos órgãos”*.

Recurso em 2ª instância

O Requerente afirmou que seus argumentos seguem válidos para fundamentar o acesso à informação em questão e acrescentou que: 1) o MPF possui apenas o poder de “recomendar” condutas à CGU, a qual pode, no âmbito de suas atribuições e autonomia, deliberar por fundamentalmente aceitar ou rejeitar; 2) os documentos em questão não são “documentos judiciais”, pois não existiria processo judicial quanto ao objeto da denúncia que apresentou e, caso exista, ele não foi notificado sobre o assunto, conforme seria seu direito; 3) nem a CGU nem o MPF podem se opor administrativamente ao atendimento já mencionado do STJ, sob pena de revisão judicial e; 4) a CGU não deixou claro que tipos de dados não permitiriam o fornecimento do ofício de resposta à consulta realizada no âmbito do presente pedido de acesso à informação, visto que informações sobre agentes públicos, incluindo e-mails funcionais, não estão sujeitas à restrição, além de que a CGU poderia suprimir/ofuscar/sobrescrever os trechos sensíveis, se necessário.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O Órgão reiterou os argumentos apresentados nas instâncias anteriores, decidindo pelo não conhecimento de parte do recurso, com fundamento no art. 15, §1º, inciso IV, do Decreto nº 7.724/2012, uma vez que foram apresentadas as razões pelas quais a CGU não pode conceder o acesso pleiteado, além de ter sido feita a indicação do órgão responsável pela custódia das informações requeridas. Ademais, decidiu pelo desprovisionamento em relação à outra parte do recurso que abrange os papéis de trabalho das instituições mencionadas, com base no sigilo legal previsto no § 3º do art. 26 da Lei nº 10.180/2001, c/c art. 22 da Lei nº 12.527/2011.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

Não se aplica.

Análise da CGU

Não se aplica.

Decisão da CGU

Não se aplica.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O Requerente reiterou os argumentos apresentados nas instâncias prévias, enfatizando que sejam fornecidas as informações requeridas.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido. Cumpridos os requisitos de legitimidade, tempestividade, regularidade formal e cabimento, previstos no art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e nos arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022.

Análise da CMRI

Da análise dos autos, observa-se que, a demanda descrita no pedido inicial difere da protocolada no âmbito do recurso de 1ª instância. Em fase recursal o Requerente passou a solicitar o teor da consulta que a CGU fez ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Município de Novo Hamburgo/RS, que objetivou nova avaliação quanto a possibilidade de concessão das informações requeridas inicialmente pelo Requerente. Conforme consta nos autos do presente pedido, a resposta do MPF foi pela manutenção da recomendação de não concessão das informações solicitadas. Ainda sobre a consulta mencionada, o pedido do Requerente de acesso à resposta desta consulta configuraria inovação recursal. Entretanto, a CGU opta por responder todo o recurso e informa que a referida consulta não poderia ser disponibilizada por conter informações pessoais protegidas pela LGPD e, desse modo, tal inovação foi conhecida e negada pela instância anterior. Conforme a Súmula CMRI nº 02/2015, não se pode deixar de conhecer matéria estranha que tenha sido objeto de apreciação por instância prévia. Assim sendo, considerando que o Requerente recorre à CMRI reiterando o pleito registrado nas instâncias recursais prévias, este colegiado conhece da totalidade do recurso. Dito isto, em razão da justificativa fornecida pelo Recorrido para o não envio da consulta referida seja a presença de dados pessoais em seu teor, foi realizada interlocução com a CGU para averiguação da possibilidade de disponibilização dessa, com os devidos tarjamentos nas informações sensíveis. Em resposta, o Órgão sinalizou a viabilidade de concessão do documento, com a ocultação de dados pessoais. Diante do exposto, este colegiado decide pelo deferimento dessa parte do recurso, para que o Órgão forneça, no prazo de 30 (trinta) dias, o documento tarjado, anexando-o à aba “Cumprimento de decisão” da Plataforma Fala.BR. Destaca-se que, findo o prazo estabelecido sem que reste efetivado e comprovado o fornecimento da informação pleiteada, poderá o Requerente denunciar o descumprimento da decisão no campo apropriado da Plataforma Fala.BR. Em relação à parte do recurso que abrange as demandas elencadas no pedido inicial, esta Comissão decide pelo indeferimento, com fulcro no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011, c/c o art. 20 do Decreto nº 7.724/2012, visto que se trata de processo em andamento no âmbito do Ministério Público Federal, tendo sido recomendado por este a não divulgação das informações requeridas, conforme informado pelo Recorrido.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo deferimento parcial, com o fornecimento do documento enviado como resposta à consulta realizada pela CGU ao MPF durante as tratativas do presente pedido, com fundamento nos artigos 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011, aplicados os tarjamentos nos dados pessoais existentes; Deverá a Controladoria-Geral da União, em até 30 (trinta) dias da data de publicação desta Decisão, disponibilizar as informações deferidas ao Requerente na aba “Cumprimento de decisão” da Plataforma Fala.BR. No tocante a parte do recurso que abrange as demandas elencadas no pedido inicial, indefere o pleito, visto que se trata de processo em andamento no âmbito do Ministério Público Federal, com fulcro no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011, c/c o art. 20 do Decreto nº 7.724/2012.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 07/05/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 07/05/2024, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 07/05/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 08/05/2024, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 08/05/2024, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar registrado(a) civilmente como Rosimar da Silva Suzano, Usuário Externo**, em 09/05/2024, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Dias dos Reis, Usuário Externo**, em 09/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5719210** e o código CRC **EED3FF45** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0